

LIVRO DIDÁTICO: UMA REFLEXÃO SOCIODISCURSIVA

Eduardo de Souza Firmino¹

firminojp15@hotmail.com

RESUMO

Nesse trabalho temos o objetivo de refletir acerca de como se processa a linguagem abordada em um livro didático de uma escola pública da rede estadual de ensino da Paraíba. Nesta análise discursiva, abordamos em nossos estudos, os preceitos propostos pelas discussões elencadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, bem como trazemos à tona uma reflexão direcionada aos estudos voltados às múltiplas faces do letramento em sala de aula. Acreditamos que ao partimos desta ótica sacionteracionista, o ensino da linguagem torna-se mais democrático no espaço escolar, contudo, todos sabem ainda que a escola exerce um papel direcionado a um ensino mecânico da língua, desconsiderando, assim, as diversas formas orais que são inseridas pelos discentes ao chegarem à escola. Por isso, faz-se necessário um entrelaçamento de ideias defendidas pelos letramentos sociais, mas também a inserção de estudos que entendam o funcionamento da linguagem como uma esfera que permuta conforme as mudanças que ocorrem na sociedade e, por isso, a escola enquanto órgão regulador do ensino deve compreender todos esses avanços sociais e redirecionar o ensino de língua materna a partir de uma nova visão discursiva que deve ser apresentada no livro didático de língua portuguesa.

Palavras-chave: Letramento social. Linguagens. PCN. Livro didático.

Considerações Iniciais

Levando-se em consideração as múltiplas linguagens presentes no livro didático, é necessário um estudo qualitativo com o propósito de entendermos o funcionamento das práticas sociais que estão inseridas na contextualização do ensino de língua materna.

Partindo desta reflexão, a pesquisa sobre o livro didático de língua portuguesa está estreitamente focada em analisar a linguagem que está sendo abordada nele, bem como refletir sobre o comportamento da escola frente aos letramentos sociais dos nossos discentes.

Essa preocupação tem uma motivação sociológica, ou seja, devemos atuar enquanto docentes que propõem à socialização do saber, isto é, agentes democráticos que compreendam

¹ Aluno do Profletras da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III.

a língua como mecanismo social que possibilite a interação de nossos alunos em quaisquer contextos de produção da escrita e da leitura.

Por isso, ressaltamos a importância de olharmos os nossos estudantes pelo viés social, à medida que eles tenham o contato com as diversas manifestações linguísticas inseridas nas aulas de língua portuguesa do 9º ano do ensino fundamental.

E ao analisarmos o livro didático como mecanismo que contribui para o processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos, acreditamos que esse exerce um papel importante no que tange à propagação do saber linguístico e, que o mesmo, tenha uma concepção de agregar todas as manifestações discursivas que possam ser encontradas em sala de aula.

Diante disso, o nosso trabalho de pesquisa surgiu a partir da necessidade de um estudo redirecionado ao letramento social enquanto instrumentalização igualitária das classes menos favorecidas social e economicamente no processo de discussão de textos verbais.

Contudo, sabemos que o letramento escolar desconsidera as diversas manifestações plurilinguísticas que são apresentadas pelos alunos quando expostos ao letramento da escola, que é perpassado ao livro didático, cujo contato incidirá durante as aulas de língua portuguesa.

Com isso, enfatizamos a necessidade de um estudo discursivo e interacionista que possa abranger quaisquer níveis de letramento na contextualização do ensino da língua materna, ou seja, devemos considerar outras formas linguísticas que estão inseridas no arcabouço linguístico de nossos estudantes.

Acreditamos que ao vermos o livro didático sob a ótica de preceitos discursivos que vão além do que são propagados no processo de escolarização, pode colaborar de forma prática para o sucesso escolar de todos os discentes situados no processo de ensino - aprendizagem da leitura e escrita, enquanto ferramentas que proporcionam o bem estar social e o exercício pleno do ato de cidadania exercido por todos.

Para tornar a discussão mais objetiva, Rojo e Batista (2014) discorrem que “na abordagem de leitura dos textos, são priorizados os trabalhos temático e estrutural ou formal sobre estes, ficando as abordagens discursivas ou a réplica ativa em segundo plano” (2014, pp. 19-20).

A partir dessa visão, é imprescindível estudar a língua pelo viés das práticas linguístico - discursiva e interacionista, objetivando, assim, que os sujeitos sociais envolvidos no contato com o livro didático possam desenvolver e sistematizar o caráter de criticidade frente a diversos textos que circulam socialmente em nosso contexto de ensino - aprendizagem de língua materna.



O livro didático: uma reflexão social da linguagem

O processo reflexivo da linguagem por parte dos discentes consiste segundo Soares (2014) na (des)aprendizagem da cultura escrita, ou seja, o aspecto multimodal da língua, conforme Rojo (2009), caracteriza-se pela compreensão da linguagem cujo foco incidirá a partir de agora na contextualização social das múltiplas faces que a língua possa assumir no espaço escolar.

Com esta visão social da linguagem, a escola terá a preocupação de (re)agrupar os diferentes níveis de textos verbais e orais produzidos socialmente. Diante disto, Rojo (2009) enfatiza a necessidade de a instituição escolar trabalhar com a perspectiva de letramentos múltiplos, uma vez que, agindo, assim, ela conseguirá atingir todas as esferas sociais que possam estar envolvidas na aprendizagem da língua materna.

Faz-se necessário, também, que a escola compreenda que os alunos carregam dentro de si uma gama muito ampla de variações discursivas que serão expostas na medida em que ocorram as discussões motivadas pelos professores de língua portuguesa.

Diante desta necessidade, Soares (2014, p.70) é bastante enfática quando afirma:

Essa diferente percepção da língua na escola, por crianças pertencentes a diferentes classes sociais, parece indicar a plausibilidade das hipóteses que estou propondo: classes sociais privilegiam certas funções da língua, em detrimento de outras; em consequência, o processo de socialização das crianças, em uma ou outra classe, as leva a determinadas expectativas a respeito do interlocutor e das funções que têm o uso da língua por ele; a consequência “escolar” é que as crianças interpretam as situações de interação verbal na escola segundo o “modelo funcional” que lhes impõem sua situação de classe.

Essa discussão levantada pela autora corrobora com o nosso pensamento, à proporção que o livro didático está adequado apenas enquanto instrumento que dissipe o conhecimento de modo mecânico e formal, descaracterizando, com isso, o aspecto discursivo defendido pelos PCN (1998, p.21), enfatizam a seguir:



O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

Embora, todos nós saibamos que o livro didático ainda não atenda de forma plena a contextualização da língua em seus diversos contextos discursivos em relação ao acesso à leitura e à escrita, há mesmo que de forma gradual, uma nova visão social da língua. Diante desta afirmação, Soares (2016, p. 21) reconhece este avanço ao dizer:

Quanto à mudança na maneira de considerar o significado do acesso à leitura e à escrita em nosso país – da mera aquisição da “tecnologia” do ler e escrever à inserção nas práticas sociais de leitura e escrita, de que resultou o aparecimento do termo letramento.

O termo letramento surgiu, então, com o objetivo eminentemente de alavancar os aspectos multimodais defendidos por Rojo (2009), isto é, reconhecer que há, de fato, uma pluralidade sociodiscursiva adquirida ao longo dos anos, pelos nossos discentes, mesmo antes de ingressarem à escola e, esse reconhecimento, faz jus a um ensino democrático que deveria ser exercido nas instituições sociais de ensino.

Sobre esta questão, Soares (2016, p.120) ressalta a necessidade de compreender o letramento à luz do acesso de emancipatório e democrático do ensino de língua materna, uma vez que:

O letramento é, sem dúvida alguma, pelo menos nas modernas sociedades industrializadas, um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo esteja inserido; dados sobre letramento representam, assim, o grau em que está distribuído entre a população e foi efetivamente alcançado por ele.

Com tudo isso, devemos repensar o ensino de língua que é apregoado nos livros didáticos acerca das linguagens, para tornar, assim, um ensino inovador que possa agregar todas as camadas sociais que estão cotidianamente inseridos na contextualização dos meios sociais de ensino.



A partir desse ponto, Street (2014, p.131) observou que “as professoras pareciam tratar a língua como se ela fosse externo aos alunos e a si mesmas”. Esta análise partiu de seus estudos sobre letramentos sociais, segundo os quais o referido autor enfatiza a necessidade de se trabalhar o letramento em torno da linguagem por meio do caráter social. Dessa forma, ele ainda ressalta:

Dentro da escola, a associação da aquisição do letramento com o desenvolvimento pela criança de identidades e posições sociais específicas; o privilegiamento da língua escrita sobre a oral; a interpretação da consciência “metalinguística” em termos de práticas letradas específicas e terminologia gramática; e a neutralização e objetivação da língua que disfarçam seu caráter social e ideológico – tudo isso tem de ser entendido como processos essencialmente sociais... (STREET, 2014, p.144).

Além disso, Rojo e Moura (2012) ressaltam também que a escola deve, sem dúvidas, buscar subsídios para a implantação dos multiletramentos, já que ela sofre mudanças sociais e históricas ao longo dos anos, isto é, a escola não pode ficar alheia às mudanças que ocorrem nas sociedades modernas.

Para o novo redirecionamento da escola acerca dos multiletramentos, eles dizem que:

O ensino de língua portuguesa vê-se levado a promover novas práticas pedagógicas que contemplem os atuais letramentos demandados pelas práticas que renovam e inovam as relações sociais e instalam conflitos entre gerações. Rojo e Moura (2012, p.152).

Essas inovações propostas à língua devem perpassar ao livro didático, uma vez que ele servirá de suporte e/ou contato frequente com os alunos durante a realização das aulas de língua portuguesa, bem como um instrumento que vai nortear o ensino da linguagem quer seja formal, quer seja sociointeracionista.

Sobre esse enfoque, Rojo e Moura (2012, p. 152) indagam:

A convivência, portanto, com os multiletramentos advindos das novas relações sócio – históricas e dos instrumentos multissemióticos que essas relações materializam impulsiona a escola, especificamente a disciplina de língua portuguesa, a desenvolver capacidades de linguagem com diferentes semioses, como as imagens acústicas ou em movimento, as cores, os sons (...). Paralelamente a esse novo movimento dentro do universo de textos e de gêneros que as interações



sociais permitem, temos ainda as diferentes culturas e ideologias que atravessam as práticas de linguagem e que também devem ser consideradas no espaço de sala de aula.

Portanto, acreditamos enormemente na capacidade de re(criação) que possa ensinar no livro didático de língua portuguesa, à proporção que os avanços tecnológicos acontecem, esse instrumento de dissipação do saber não pode ficar restrito ao ensino mecânico da língua, desconsiderando, assim, as diversas iniciativas de construção do conhecimento oriundas dos aspectos sociointeracionistas e sociolinguísticas, bem como de elementos sociais que tornam as práticas de ensino e aprendizagem de textos orais e escritos mais democráticos no anseio das instituições escolares.

3 Análise e discussão dos dados do livro didático

3.1 O livro didático

Com a tentativa de tornar este estudo mais objetivo, nesta seção é apresentado o livro didático que serviu de suporte para o *corpus* da pesquisa. O livro intitula-se “Singular & Plural: Leitura, produção e estudos de linguagem” de 2015, cujas autoras são Laura de Figueiredo, Marisa Balthasar e Shirley Goulart.

Esse livro didático é apresentado em três segmentos, a saber: o 1º segmento corresponde ao caderno de leitura e produção – 3 (três) unidades, sendo 5 capítulos aglomerados nestas seções. O 2º segmento apresenta o caderno de práticas de literatura, composta por duas unidades, subdividas em 2 (dois) capítulos. Por fim, temos a unidade de estudos de língua e linguagem, apresentado em 9 (nove) capítulos ao longo da seção.

Para a coleta de dados que serviram de subsídios para as discussões, fizemos uso de uma metodologia qualitativa, já que observamos a estruturação do livro didático. Assim, conseguimos tecer uma série de comentários que foram bastante pertinentes para a pesquisa em destaque.

3.2 Análise e discussões do Livro Didático



O respectivo livro didático em todo o seu ensejo de ensino priorizou-se essencialmente em abarcar aspectos da língua motivados ao ensino padrão, ou seja, priorizou-se o letramento proposto pelas instituições oficiais que regulamentam o ensino básico brasileiro, refletindo, assim, no modelo tradicional no que concernem aos estudos da linguagem.

Assim, o ensino gramatical é bastante difundido ao longo das seções que compõem o livro didático. Isso pode ser observado com mais clareza, ao observamos a segmentação dele, enfocando, sem dúvidas, um estudo gramatical cujo foco é estudar as estruturas da língua, isto é, na unidade da linguagem – 3º segmento - faz-se uso de 9 (nove) capítulos voltados ao estudo mecânico da linguagem.

Por isso, ao longo dos estudos linguísticos realizados no livro didático de língua de portuguesa adotado no 9º ano em uma escola pública da cidade de Solânea/PB, observamos que o ele não está direcionado à inserção de novas práticas de linguagens, uma vez que o mesmo só aborda em seus estudos sobre a linguagem, aspectos que vão ao encontro de práticas conservadoras da língua.

Esta realidade é preocupante devido ao fato de provocar uma ruptura de conceitos linguísticos e extralinguísticos, além disso, concede uma importância bastante significativa a elementos estruturais que entendem a língua como mecanismo estático, isto é, desconsidera diversos fatores que podem vir à tona no que diz respeito às diversas manifestações linguísticas.

Fato esse que pode ser um dos principais responsáveis por um distanciamento entre o que os alunos esperam enquanto sujeitos sociais que estão inseridos no processo de escolarização e os efeitos reais que são provocados ao longo do período escolar, ou seja, muitos alunos dizem que o livro didático não consegue trazer em seus conteúdos, aspectos que possam tornar as aulas de língua portuguesa mais dinâmica, uma vez que ele se preocupa excessivamente em abordar estruturas gramaticais que fogem à realidade de muitos que estão no contexto de ensino – aprendizagem de língua materna.

Considerações Finais



Quando enfatizamos a necessidade de estudar o livro didático na perspectiva da sociolinguística interacionista, estamos admitindo que o estudo linguístico, muitas vezes, não engloba as múltiplas linguagens que são postas em prática pelos discentes advindos de camadas inferiores socialmente.

Essa constatação é bastante prejudicial ao processo de aquisição da linguagem privilegiada na escola, haja vista que os alunos são letrados inicialmente em suas respectivas culturas linguísticas, sentindo-se, dessa forma, excluídos do processo de ensino – aprendizagem da língua materna.

Cabe à escola nesse contexto social compreender que existe uma gama enorme no que se refere ao processo de diversidade linguística, cabendo a ela, então, atuar de forma incisiva na dissipação democrática do acesso à linguagem em quaisquer níveis os quais são submetidos os estudantes inseridos no contexto atual de ensino da língua portuguesa.

Diante disso, concluímos que de fato há muito a ser feito, mas não devemos ficar estáticos no que se refere às mudanças sociais e históricas pelas quais a linguagem perpassa. Da mesma forma que ocorrem mudanças linguísticas, também devem existir fatores norteadores que regulamentem as práticas docentes, que sejam produtivas no que tange à propagação de ideais igualitários direcionados a um ensino que possa inserir todas as manifestações linguísticas.

Referencial Bibliográfico

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998.

KLEIMAN, Angela B. MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (Orgs). **Letramento e formação do professor**: práticas discursivas, representações e construção do saber. Campinas, SP: Mercado das letras, 2005.

LINS, Juarez Nogueira (Org). **Estudos na área da linguagem**: pesquisa e formação docente. Recife: EDUFPE, 2016.

ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado das Letras, 1998.



_____ **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo:
Parábola, 2009.

ROJO, Roxane. BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Orgs). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita.** Campinas: Mercado das Letras, 2003.

ROJO, Roxane. MOURA, Eduardo (Orgs). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2014.

_____ **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

STREET, Brian. **Letramentos sociais:** abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução Marcos Bagno. São Paulo, Parábola, 2014.